

## **ENTRE SANTAS E HOMENS: PARENTESCO RITUAL NA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO (1850-1871)**

*Rafaela Domingos Lago* \*

**Resumo:** A influência do catolicismo fez-se evidente na Província do Espírito Santo. Apesar de confluir homens de diferentes origens e tradições, vilas e freguesias da região nasceram católicas. Ciente da importância dos Sacramentos para a cristandade o presente trabalho busca analisar o parentesco ritual instituído pelo Batismo na Freguesia de Nossa Senhora da Vitória, na segunda metade do Oitocentos. Entende-se que além do significado religioso, de difundir a salvação só encontrada em Deus e de introduzir o neófito na comunidade cristã, o compadrio era comumente utilizado com finalidades sociais e veículo de estratégias no cotidiano das famílias e no interior dos grupos sociais, sejam de livres ou de escravos. Nesse sentido, buscar-se-á compreender o sentido de tais relações sociais em sua dimensão política considerando a realidade histórica da região.

**Palavras-chave:** Compadrio de escravos; Província do Espírito Santo; Oitocentos.

**Abstract:** The influence of Catholicism became evident in the Province of the Espírito Santo. Although of the men converge from different backgrounds and traditions, towns and villages in the region were born Catholic. Aware of the importance of the Sacraments for Christianity this paper seeks to analyze the relationship established by ritual baptism in the parish of Nossa Senhora da Vitória in the second half of the Nineteenth Century. It is understood that in addition to religious significance, to spread the salvation found only in God and to introduce the novice in the Christian community, cronyism was commonly used with a vehicle for social purposes and strategies in the daily lives of families and within social groups, are for free or slaves. In this sense, it will seek to understand the meaning of such social relations in its political dimension considering the historical reality of the region.

**Keywords:** Crony of Slaves; Province of the Espírito Santo; Nineteenth Century.

\*\*\*

### **Introdução**

Neste artigo, examinar-se-á o parentesco ritual, estabelecido pelo sacramento católico do batismo, de escravos na freguesia de Nossa Senhora da Vitória (ES). Objetiva-se compreender em parte os significados sociais do compadrio para os escravos, bem como a recorrência de santas como protetoras dos mancipios na região. A delimitação temporal foi estabelecida em consideração a duas leis que tiveram atuação direta sobre a escravidão no Brasil: a lei Eusébio de Queirós (1850), que proibia o tráfico transatlântico de escravos e a lei do Ventre Livre (1871), que libertava as crianças recém nascidas das mulheres escravas, obrigando seus senhores a cuidar delas até a idade de oito anos.

Definiu-se como recorte espacial a região central e sul da Província do Espírito Santo devido à relevância dessas localidades no cenário Provincial. A Freguesia de Nossa Senhora da Vitória foi o principal núcleo urbano e sede administrativa do Espírito Santo. Embora

---

\* Mestra pelo Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo.

tenha permanecido ao longo do Dezenove com a primazia populacional de livres da Província, a Capital deixou de ser a região de maior concentração de escravos a partir de meados do segundo quartel do século XIX, devido ao florescimento da cultura cafeeira no Vale do rio Itapemirim, região Sul. Mesmo com surgimento de novos polos escravistas, Vitória ainda contava com população expressiva de escravos no período em tela. Segundo recenseamento de 1872, a região era composta por 3.360 (77%) habitantes livres e 1.001 (23%) cativos.

A região privilegiada pela pesquisa, a despeito de poder haver outras práticas religiosas que não as da Santa Madre Igreja, nasceu católica. A própria invocação já faz menção à religiosidade: Nossa Senhora da Vitória. Não incomum, era fruto da difusão do cristianismo pós Concílio de Trento (1545-1563), por meio da conquista e povoamento da América.

Entre 1845 e 1871 foram batizados na Freguesia 1.809 escravos. A título de comparação, em 1852 computou-se 146 assentos batismais de livres e 79 de cativos. Ou seja, aproximadamente a cada dois livres batizava-se um escravo. O intervalo entre o nascimento e o batismo de um cativo em Vitória dificilmente ultrapassava a marca dos seis meses (83,2%), podendo chegar a um ano, salvo exceções. Trata-se, portanto, de uma sociedade em que praticamente todos os neófitos escravos eram inocentes e filhos de cativos crioulos, que nasciam imbuídos da cultura popular e do catolicismo, como se verá adiante.

A prática do batismo Católico – além de inserir o indivíduo no mundo cristão e causar “efeitos maravilhosos, porque por ele se perdoam os pecados” (DA VIDE, 1707, p. 13) – tecia alianças espirituais para sempre, quando da eleição de padrinhos para os rebentos.

Se os pais carnis traziam a criança ao mundo, os abonadores a conduziam à graça de Deus. O complexo do compadrio estabelecia, portanto, elos profundos e espirituais. Tratava-se da conexão do mundo carnal da criança com o mundo espiritual, sendo os padrinhos pessoas de carne e osso que mediavam a relação entre o conjunto do nascimento (pai, mãe e filho) e o Reino de Deus (HAMEISTER, 2006, p. 206).

O compadrio instituído no batismo também era comumente utilizado com finalidades sociais, veículo de estratégias, por quem quer que fosse. Tratando-se de uma sociedade marcada pela escravidão, como a privilegiada neste estudo, apesar de o escravo passar a integrar a comunidade dos cristãos após o batismo, há concordância entre historiadores<sup>1</sup> em afirmar que o sacramento comportava também alianças hierárquicas. As relações de compadrio nesses casos eram influenciadas direta ou indiretamente nos padrões de escolha batismal, ou como afirma Stephen Gudeman e Stuart Schwartz (1988), nas “não escolhas” de determinados indivíduos, como a “não escolha” dos senhores como padrinhos e, ainda, a “não escolha” de escravos como padrinhos de livres, salvo raras exceções.

Ainda assim, as relações de compadrio não deixam de ser entendidas no presente estudo como espaços de autonomia desfrutados pelos cativos. Dentre os sentidos visados

---

<sup>1</sup> Nesse sentido ver: BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. Escolhas de padrinhos e relações de poder: uma análise do compadrio em São João del Rei (1736-1850). In: CARVALHO, J. M. *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007<sup>a</sup>. SLENES, Robert. Senhores e subalternos no Oeste paulista. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *História da vida privada no Brasil Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

pelos escravos destacam-se mais comumente aqueles guiados por determinados interesses, influenciados por valores sociais, tradicionais ou, ainda, pela afetividade como prioridade em suas escolhas.

### **Os significados sociais do parentesco espiritual**

Na Freguesia de Nossa Senhora da Vitória, durante a segunda metade do Dezenove, praticamente todos os escravos batizados foram registrados pelo pároco com seu pai espiritual (99,2%). O percentual da região analisada pouco se difere daqueles encontrados por outros historiadores. Roberto Guedes (2000, p. 184) constatou a ausência de padrinhos nos registros de São Jose do Rio de Janeiro em menos de um por cento (0,7%) dos batismos e Jose Roberto Góes (1993, p. 56, 57) em 1,8% em Inhaúma (RJ).

A frequência de madrinhas em terras capixabas, contudo, é reveladora de singularidades. Elas estavam presentes em 65% registros em Vitória. Ressalta-se, nesse quesito, a invocação de Nossa Senhora como protetora no lugar da madrinha e em nada menos que 32,3% dos assentos na região central. Madrinhas ou protetoras estavam presentes, portanto, em praticamente igual porcentagem que os padrinhos, isto é, 97,3% dos batismos.

Apesar de constatarem recorrentemente a presença de padrinhos nos batismos de escravos, os pesquisadores citados anteriormente não encontraram a mesma assiduidade no caso das madrinhas. Roberto Guedes (2000, p. 184) asseverou que independentemente de serem madrinhas carnis ou protetoras espirituais, elas estavam ausentes em 55% dos registros e José Góes (1993, p. 56) observou que os padrinhos tendiam a se fazer presentes quase duas vezes e meia mais que as mulheres.

Diante dessas comparações e utilizando-se da conclusão de Donald Ramos (2004, p. 53) que sugeriu ser o padrinho figura mais essencial que a madrinha, supõe-se serem os números encontrados em Vitória indicador da relevância do papel desempenhado pelas madrinhas carnis bem como da crença na invocação de santas no cuidado dos inocentes.

Dimensionada a importância do parentesco ritual de escravos com homens e mulheres na região estudada, expõem-se os dados que primeiramente saltam aos olhos: os padrões de escolhas de padrinhos de escravos no que concerne a sua condição jurídica na região central da Província.

**TABELA 1:** condição jurídica dos padrinhos de escravos da freguesia de Nossa Senhora da Vitória (1845-1871)

Estatuto	Frequência	Porcentagem
Livre	1406	77,7
Escravo	370	20,5
Liberto	1	0,1
Protetor	1	0,1
Não informado	31	1,7

---

Total	1809	100
-------	------	-----

---

**Fontes:** CÚRIA Metropolitana de Vitória. *Livro de Batismo de Escravos da Catedral*, L.03, 1845-1859 e L.04B, 1859-1872.

Observa-se na tabela acima a preferência dos escravos por padrinhos livres em 77,7% dos batismos. Outra escolha menos acionada pelos cativos foi a de pais espirituais de mesma condição jurídica: 20,5% eram escravos. Crê-se que as relações sociais forjadas na pia batismal da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Vitória, com destaque para a prevalência de livres como parentes rituais de escravos, estejam intimamente relacionadas com os aspectos econômico, demográfico e cultural da região em análise.

Nesse sentido, considera-se o fato de a Freguesia de Vitória ter sido uma região urbana. Assim como no cotidiano das grandes cidades do Império brasileiro, guardando as devidas proporções, a Cidade de Vitória no século XIX foi caracterizada por Aloiza Reali de Jesus (2009, p. 6,123) como região com ampla mobilidade espacial de escravos. De acordo com a historiadora, os cativos estavam presentes nas casas, ruas e vielas vitorienses, desempenhando variadas profissões, e presentes em diversos espaços sociais da Cidade, movimento que fazia parte da realização de suas tarefas e sua vivência cotidiana. Nesse sentido é coerente pensar na interação dos escravos com vários grupos sociais com os quais conviviam na cidade: mulatos, pardos, imigrantes, livres e libertos.

Outro fator importante para se compreender a tendência de compadres livres de escravos em Vitória foi o estabelecimento de uma população cativa estabilizada na região. O afastamento do mercado de africanos foi comprovado por Patrícia Merlo (2008, p. 93), que em análise de inventários entre 1850 e 1871 constatou 96% de escravos crioulos, sendo a grande maioria aparentada.

Em estudo sobre padrões de batizados de escravos do agro fluminense, Florentino e Góes (1997, p. 87) notaram repetidas alterações na formação de parentesco putativo ao longo de gerações de famílias escravas: eram filhos batizados por escravos e netos por livres ou forros. Para os historiadores, à medida que as gerações de uma família se sucediam, isto é, à medida que elas se sedimentavam no tempo, a busca da solidariedade e proteção por intermédio do compadrio tendia a se expressar em direção a alianças com pessoas de estatuto jurídico superior. Acredita-se que em Vitória não foi diferente, e o fato da maioria dos laços de solidariedade dos escravos ter se constituído com livres torna ainda mais nítido o perfil demográfico – de escravarias antigas e já estabilizadas – influenciando a formação de parentesco ritual.

As características brevemente destacadas anteriormente auxiliam no entendimento sobre a interação entre as comunidades cativas e o universo livre da Freguesia de Vitória. Dito de outra forma, através do parentesco espiritual os escravos inseriam indivíduos de outros seguimentos da sociedade, formando comunidades mais abertas. Se as relações de compadrio dos cativos constituíam-se em mecanismo de manutenção e de ampliação de uma comunidade formada não somente pelos seus, quem seriam, então, os “livres” acionados como padrinhos e madrinhas pelos escravos?

Para saber um pouco mais a respeito da condição social dos livres escolhidos a apadrinhar, utilizou-se, um olhar mais detido a respeito dos tipos de sobrenomes desses

personagens, pois além de constituir-se legado familiar, e, portanto, elemento de distinção e reconhecimento numa sociedade escravista, o sobrenome era também socialmente construído.

Sobre as frequências encontradas para o caso dos padrinhos tidos como livres, criou-se a tabela seguinte em que foram reclassificados os sobrenomes:

**TABELA 2:** discriminação de padrinhos livres segundo o tipo de sobrenome freguesia de Vitória (1845-1871)

Padrinhos livres	Frequência	%	
Com sobrenome	1322	92,9	
Sem sobrenome	32	2,2	
Partícula ‘de tal’	6	0,4	
	...da Vitoria	8	0,6
	...do Nascimento	8	0,6
	...dos Fogos	8	0,6
Com apenas sobrenomes religiosos	...dos Santos	7	0,5
	...de Jesus	5	0,3
	...da Cruz do Nascimento	4	0,2
	Outros*	23	1,6
<b>Total</b>	<b>1423</b>	<b>100</b>	

**Fontes:** CÚRIA Metropolitana de Vitória. *Livro de Batismo de Escravos da Catedral*, L.03, 1845-1859 e L.04B, 1859-1872.

Nos dados da tabela acima, observa-se de longe a preferência por padrinhos com sobrenome (92,9%), enquanto aqueles que possuíam sobrenome apenas religioso, somente prenome ou, ainda, que utilizavam a partícula ‘de tal’ não ultrapassaram, juntos, 7% dos registros. Diante de tais porcentagens é possível afirmar que a escolha dos escravos de Vitória não somente privilegiou o estatuto de livre dos padrinhos como também a proeminência do indivíduo na sociedade.

Referindo-se ainda aos padrinhos com sobrenome, destacam-se aqueles que possuíam referências de prestígio: quinze vezes registrou-se em assentos o termo “alferes”; sete vezes “capitão”; cinco vezes “tenente”; “doutor”, “cadete” e “senhor” duas vezes cada e “major,” uma. Jose Ribeiro Coelho, alferes, apadrinhou vinte e cinco escravos entre 1847 e 1871, o que equivale a uma média pouco maior de um afilhado por ano. O capitão Jose Antonio dos Reis Bastos apadrinhou o mesmo número de escravos em vinte anos (entre 1848 e 1868), o que equivale a uma média de quase dois afilhados por ano. O padrinho que mais afilhados obteve em menor tempo na Freguesia de Vitória foi o tenente Manoel da Mota Franco, que em cinco anos (1845 e 1850) constituiu parentesco ritual com 16 escravos, alcançando a média de 3,2 afilhados por ano.

Constatada a existência em Vitória de uma comunidade de cativos formada também por senhores que frequentavam a Pia para conceder o sacramento batismal de rebentos de cativos que não os seus, observa-se, a seguir a tendência nas escolhas de madrinhas na região:

**TABELA 3:** condição jurídica de madrinhas de escravos da freguesia de Nossa Senhora da Vitória (1845-1871)

Estatuto	Frequência	Porcentagem
Livre	645	35,7
Escrava	525	29
Forra	4	0,2
Protetora	585	32,3
Não inf.	48	2,7
Ilegível	2	0,1
Total	1809	100

**Fontes:** CÚRIA Metropolitana de Vitória. *Livro de Batismo de Escravos da Catedral*, L.03, 1845-1859. CÚRIA Metropolitana de Vitória. *Livro de Batismo de Escravos da Catedral*, L.04B, 1859-1872.

Os dados da tabela acima revelam relativa proximidade entre madrinhas livres 647 (35,7%), escravas 525 (29%) e protetoras 583 (32,2%) na Freguesia de Vitória. A presença das madrinhas em praticamente todos os registros, como colocado anteriormente, com número considerável tanto de livres quanto de escravas leva a crer que o papel desempenhado pelas mulheres ultrapassava a lógica dos cuidados maternos para com os afilhados e sinaliza a importância política delas na sociedade em questão.

Remetendo às tabelas anteriores (um e três), constata-se que quando acionado o parentesco entre escravos, estes preferiam o fazer com mulheres ao invés de homens. Em Vitória, 29% das madrinhas eram escravas, já os padrinhos cativos o eram em 20,5%.

Os números revelam uma situação paradoxal: mulheres negras, geralmente vistas com o mais alto grau de inferioridade reverterem suas supostas insignificâncias políticas em poderes e formas de sobrevivência eficaz.<sup>2</sup> De acordo com Adriana Alves (2010, p. 5), em muitas circunstâncias as mulheres escravas adquiriam mais bens e acesso a condições favoráveis de sobrevivência do que os homens. Aloiza Delurde (2009, p. 150-151), ao trabalhar com autos criminais, observou casos de relações amorosas entre cativas e homens livres como um dos caminhos possíveis de ascensão das escravas na sociedade capixaba oitocentista. Na mesma região, Geraldo Antonio Soares (2006, p. 119) constatou que as mulheres eram alforriadas em maior proporção que os homens. Tal tendência, segundo o pesquisador, também foi verificada em estudos envolvendo relação entre alforria e gênero no Brasil escravista.

Acrescenta-se o fator mobilidade espacial das mulheres escravas como quesito a mais nas escolhas das cativas como madrinhas. As mulheres representavam praticamente metade da população escrava de Vitória e sua participação no trabalho escravo da região era intensa. Os aluguéis de mão de obra praticados pelos senhores na Cidade de Vitória e suas adjacências movimentavam majoritariamente mão de obra feminina. Dessa forma, a ampla inserção de mulheres escravas no universo livre poderia torná-las mais atrativas que os homens escravos no momento de se eleger padrinhos ou madrinhas dentro das escravarias.

<sup>2</sup> Superado o mito de promiscuidade quando o assunto é família escrava, cabe se pensar nos intercursos sexuais de senhores com suas escravas, em relações que envolvem desejos e prazer, não apenas submissão, mas benefícios. Nesse sentido ver: (ALVES, 2010).

O que se dizer em casos como o batismo de Marculina (CÚRIA, 1845-1859, p. 109), filha de Josefa – escravas de Francisco Nunes da Conceição – em que foram eleitos como “padrinhos Rita e Nossa Senhora da Vitória”, ou seja, mulher e protetora? Ter infringido as regras colocadas pelas Constituições<sup>3</sup> importa menos do que a reflexão que tal atitude impõe: mesmo diante das condições impostas pela escravidão, num mundo dominado por homens, a mãe escrava poderia preferir no ritual de renascimento da criança mantê-la no mundo feminino sem, com isso, deixar de almejar uma condição futura melhor e benefício para seus filhos.

Assim como se inquiriu anteriormente sobre quem eram os padrinhos livres de escravos, cabe indagar também sobre o universo dos 35,7% de madrinhas livres em Vitória. Quem o compunha? Vejamos:

**TABELA 4:** discriminação de madrinhas livres segundo o tipo de sobrenome freguesia da Vitória (1845-1871)

Madrinhas livres	Frequência	%
Com sobrenome	359	53,2
Sem sobrenome	46	6,8
Expressão de tal <sup>4</sup>	9	1,3
...da Conceição	72	10,6
...de Jesus	38	5,6
...do Rosário	30	4,4
Com apenas sobrenomes religiosos		
...da Vitoria	25	3,5
...do Sacramento	18	2,7
...da Penha	14	2,1
...dos Remédios	14	2,1
Outros*	52	7,7
<b>Total</b>	<b>677</b>	<b>100</b>

**Fontes:** CÚRIA Metropolitana de Vitória. *Livro de Batismo de Escravos da Catedral*, L.03, 1845-1859. CÚRIA Metropolitana de Vitória. *Livro de Batismo de Escravos da Catedral*, L.04B, 1859-1872.

\* Da Boa Morte (3), da Conceição de Jesus (2), da Glória (2), da Hora (3), da Insenção (1), da Penha de Jesus (1), da Penha de Santa Ana (1), da Penha do Rosário (1), da Vitoria de Jesus (2), das Chagas (3), das Dores (2), das Virgens (3), de Deus (4), de Jesus de Nazaré (1), de São Jose (1), do Amor Divino (4), do Amparo (1), do Carmo (3), do Espírito Santo (3), do Nascimento (1), do Nascimento de Jesus (1), do Parto (1), dos Anjos (4), dos Passos (2), dos Reis (1), ilegível (1).

<sup>3</sup> “Conformando-nos com a disposição do Santo Concilio Tridentino, (1) mandamos, que no Batismo não haja mais que um só padrinho, e uma só madrinha, e que se não admitam juntamente dois padrinhos, e duas madrinhas...” (Da Vide, 1707: 26).

<sup>4</sup> No que tange a utilização da partícula ‘de tal’, esta também parece ter sido auto-atribuída com intuito de ocultar o estigma de um ex-escravo que não possuía sobrenome, como, por exemplo, Florença de Tal, Angélica de Tal, Rofina de Tal, Marcelina de Tal, Raimunda de Tal, Francisca de Tal e Joana de Tal. Outra possibilidade de utilização do mesmo termo está relacionada com indivíduos que nunca foram escravos. Nesses casos, longe de ser autoatribuída, a expressão ‘de Tal’ era empregada de forma a desqualificar o indivíduo a quem se referia ou ainda quando o sobrenome não era conhecido. Ao que parece, essa é a explicação mais plausível para o emprego dos pares “Senhorinha de tal” ou “Dona de tal”, como “Dona Delmira de Tal” e “senhora Maria de Tal”. Sobre as imensas famílias de tal ver: WEIMER, 2007, p. 258-261.

Observa-se na tabela 4 a preferência pelas madrinhas que possuíam sobrenome (53,2%). Contudo, diferentemente dos padrinhos, o número de madrinhas que utilizaram termos religiosos, devido muito provavelmente à ausência de um patronímico, também foi significativo, (38,7%). Em menor frequência estão aquelas que possuíam apenas prenome (6,8%) e, em seguida, as que empregavam depois do nome a expressão ‘de tal’, (1,3%).

Em Vitória, os prenomes acompanhados de sobrenomes apenas religiosos mais parecem autoatribuídos, provavelmente dizendo respeito a um indivíduo livre pobre, cuja ascendência está provavelmente ligada ao cativo. Se o sobrenome tinha o poder de significação que diferenciava o sujeito daqueles que não o possuíam, a intenção do indivíduo, portanto, era por fim a um traço (ou ausência) marcadamente escravo, sinalizando uma reclassificação social.

Tal percepção a respeito dos sobrenomes leva a crer estar-se diante inclusive de libertas ou de mulheres que geracionalmente descendiam do cativo no que se refere ao universo dos 38,7% de madrinhas livres que possuíam apenas sobrenome religioso. Em análise atenta dos registros batismais saltam aos olhos dois assentos que corroboram com a hipótese. Em 1852 e 1855 Afra, escrava de Jose Ferreira Souto, levou os filhos Inácio (CÚRIA, 1845-1856, p. 100) e Angelo (CÚRIA, 1845-1856, p. 119), respectivamente, a Pia batismal. Ambos tiveram como madrinha Maria de Jesus. Esta foi registrada como forra no primeiro assento, constatação rara. No segundo não há menção de sua condição de liberta.

Nesse sentido, volta-se ao já referido importante papel representado pelas madrinhas. Egressas do cativo, essas mulheres possuíam posição privilegiada por circularem tanto no universo livre como no escravo. Para um grupo de pesquisadores (VENÂNCIO *et al.*, 2006, p. 273-294) as redes de compadrio estabelecidas com forras potencializavam o universo de intermediários sociais, transformando-as em poderosas mediadoras da comunidade de libertos e escravos, além de, em parte, neutralizar as tendências elitistas engendradas pelo sistema escravista.

Seja por interesse, amizade, ou, por que não, (re) aproximação de parentes consanguíneos – o real motivo nunca se saberá! –, o certo é que mães biológicas e espirituais, as mulheres nunca perdiam a oportunidade de se aparentarem ritualmente.

### **A face religiosa do batismo em Vitória**

O uso de sobrenomes religiosos indica uma identidade ligada à religião oficial e revela valores de grande parte da população vitoriana que cria na proteção mística de seus oragos. Tratando-se de escravos ou libertos, sobrenomes tão comuns como “da Vitória” ou “do Espírito Santo” apontam também para o sentimento de pertencimento, ou seja, de escravos crioulos, muitos nascidos em terras capixabas, que cresceram imbuídos da cultura católica popular ou, ainda, que intencionavam integrar-se naquela sociedade.

A religiosidade em Vitória pode ser imaginada a partir da caracterização feita por Gilberto Freyre (1980, p. 20-22) do cristianismo luso-brasileiro como sendo o mais humano e

lírico marcado pela intimidade entre devotos e santos e no interesse pela Virgem Maria e santos ligados a procriação e ao amor (FREYRE, 1980, p. 223-226).

Em Vitória do século XIX as relações de intimidade entre os heróis da cristandade e a população podem ser percebidas na intenção dos escravos em terem santas como membros da família espiritual. Dito de outro modo constatou-se a recorrência de escolhas por protetoras entre os escravos, que constavam nos assentos praticamente com a mesma frequência que as madrinhas livres e mais assiduamente que as cativas.

Em recente estudo sobre as relações parentais entre cativos em Valença, região de alta concentração de escravos da Província do Rio de Janeiro, Sidney Pereira da Silva (2009, p. 76) encontrou entre 1823 e 1885 apenas dois casos de escolha de santos para apadrinhamento, num total de 3.833 registros. Na região de Vila Rica, Donald Ramos (2004, p. 64) deixou claro que a escolha de uma santa como madrinha era comum entre livres, já entre a comunidade escrava afirmou ser rara. Diante disso, o que dizer do comportamento muito peculiar dos escravos de Vitória? Observe a tabela a seguir:

**TABELA 5:** recorrência de santas como protetoras nos batismos de escravos da freguesia de Nossa Senhora da Vitória (1845-1871)

Protetora	Famílias oficiais N.= 333 crianças	Famílias não oficiais* N.= 1474 crianças	Total N.= 1807** crianças
Nossa Senhora da Vitória	63	372	435 (24,00%)
Nossa Senhora da Conceição	-	71	71 (4,00%)
Nossa Senhora do Rosário	3	26	29 (1,60%)
Nossa Senhora do Parto	5	10	15 (0,80%)
Nossa Senhora das Dores	-	5	5 (0,30%)
Nossa Senhora do Desterro	-	4	4 (0,20%)
Nossa Senhora dos Remédios	5	14	19 (1,00%)
Nossa Senhora da Penha	-	3	3 (0,16%)
Nossa Senhora da Boa Morte	-	2	2 (0,10%)
Nossa Senhora	-	1	1 (0,05%)
Santa Rita	-	1	1 (0,05%)
	76	509	585
Total	22,8% dos batismos	dos 62,2% batismos	dos 32,3% dos batismos

**Fontes:** CÚRIA Metropolitana de Vitória. *Livro de Batismo de Escravos da Catedral*, L.03, 1845-1859. CÚRIA Metropolitana de Vitória. *Livro de Batismo de Escravos da Catedral*, L.04B, 1859-1872.

\* Correspondem a famílias não oficiais os filhos naturais e aqueles que não foram informados a legitimidade.

\*\* Em dois casos não foi possível identificar a legitimidade da criança, por isso não foram inseridas na tabela.

Os dados da tabela acima revelam a preferência das mães escravas pela padroeira da cidade.<sup>5</sup> Nossa Senhora da Vitória representou nada menos que 24% do total das madrinhas

<sup>5</sup> Vasco Fernandes Coutinho construiu a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Vitória quando da transferência da sede da Capitania para Vila Nova para fazer cumprir o padroado, aliança entre o Estado Português e a Igreja

de cativos na região. Com finalidade comparativa quantificou-se os batismos de livres de 1851 e 1852. Na amostragem é nítida semelhante predileção, a santa atingiu a marca de 23,4%<sup>6</sup> do total de madrinhas. No universo das protetoras o percentual se torna ainda mais expressivo: 74% entre os escravos e 66% entre livres. Diante de tais números, presumível é a opção pelos brancos ou livres da cidade, contudo, surpreendente pareceu se tratando dos escravos. Se a estes chegou a ser impedido o acompanhamento da procissão em comemoração ao dia de Nossa Senhora da Vitória, não o foram no momento de elegerem-na como protetora.

Nossa Senhora da Conceição (4%), conhecida como senhora de todos e Nossa Senhora do Rosário (1,6%), também foram invocadas como protetora dos neófitos escravos. Ambas fazem parte das tradições religiosas da população capixaba. As igrejas que levam o nome das santas foram criadas no início da segunda metade do século XVIII, quando Vitória ainda era uma pequena Vila (BONICENHA, 2004, p. 97). De acordo com Amaral, (Apud, BONICENHA, 2004, p. 97) a Igreja de Nossa Senhora do Rosário constituiu local onde os pobres pretos e as pobres pretas puderam sonhar com suas liberdades, exercitar a fé, vislumbrar a alforria, buscar proteção e auxílio, compreensão e amor, usando os princípios da solidariedade, humildemente crendo e aguardando pelo socorro espiritual para a infelicidade dos seus destinos.

Outras tantas: Nossa Senhora do Parto, das Dores, do Desterro, dos Remédios, da Penha e da Boa Morte eram comadres uma, duas, três vezes de muitas mães católicas da época. De acordo com Luis Mott (1997), a intimidade e a aproximação da Rainha dos céus com a vida privada começava exatamente no momento da iniciação do recém-nascido na comunidade cristã.

Mesmo ciente de que se adentrou até o momento no universo de escravos que professavam a religião oficial, não é possível mensurar o gradiente da religiosidade desses escravos: se fervorosos autênticos, praticantes superficiais ou católicos displicentes (MOTT, 1997). Importa ressaltar que os vestígios deixados para o presente revelam o retrato de uma sociedade marcada por valores espirituais. Tal entendimento não era alheio aos cativos, uma vez que majoritariamente nascidos na região, cresciam imbuídos da cultura popular.

Talvez seja esse o fator que diferenciou a região estudada das outras apontadas anteriormente, em que eram raras as escolhas de santos como protetores de escravos. Em se tratando da Freguesia de Vitória – diferentemente de Sidney Pereira da Silva, ao concluir que os escravos em Valença viam na pia batismal “não uma atitude religiosa, mas sim um ato social e principalmente político” (SILVA, 2009, p. 78) – acredita-se que a frequente escolha por protetoras evidencia, além da importância da religiosidade no cotidiano das relações sociais em Vitória, a crença de que a entrega dos filhos aos cuidados de uma santa poderia levar aquelas crianças a uma condição social futura melhor. Ou seja, para a Vitória da época é coerente pensar no batismo como instituição que possuía funções sociais e espirituais e que estas se completavam.

---

Católica. Em oito de setembro é realizada a festa da padroeira, Nossa Senhora da Vitória e na mesma data comemora-se a fundação da cidade, por isso seu caráter cívico-religioso (BONICENHA, 2004:65-69).

<sup>6</sup> A porcentagem corresponde as 52 vezes em que Nossa Senhora foi invocada protetora num universo de 222 batismos. As protetoras totalizam 79 batismos.

## **Considerações finais**

Sabe-se que as escolhas de compadrio estão submetidas a uma lógica e intenção que ao historiador escapa em sua totalidade. Consciente da impossibilidade de alcançá-la objetivou-se esboçar algumas das possibilidades de compreensão da formação do parentesco ritual no universo escravo da freguesia de Vitória a partir das recorrências, os chamados padrões de escolhas, os quais oferecem um contorno muito tênue para a lógica dos que viveram no século XIX.

Na freguesia de Vitória, acredita-se que o predomínio de padrinhos livres está relacionado ao tempo de convívio e a ampla mobilidade dos cativos crioulos. O contato entre escravos de diferentes senhores e entre desiguais juridicamente, por meio do parentesco ritual, foi instrumento efetivo na formação e consolidação de comunidades abertas, formadas por escravos, livres e libertos.

Observou-se também a importância das madrinhas para além dos cuidados maternos. Nesse sentido destacaram-se como mães espirituais dos rebentos escravas e forras. Acredita-se que elas foram acionadas com maior frequência em relação aos escravos por possuírem ocupações que privilegiavam o contato com o universo livre da região. Contudo, a invocação de santas como protetoras consiste em aspecto singular e demonstra a influência do catolicismo já arraigado entre os escravos nascidos na região.

Enfim, o ritual católico oportunizou o desenvolvimento de uma gama de relações sociais, ligando a população cativa com indivíduos de todos os estratos sociais na Província do Espírito Santo.

## **Referências**

### **Documentação primária**

**Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia** feitas e ordenadas pelo ilustríssimo, e reverendíssimo senhor D. Sebastião Monteiro da Vide. São Paulo: Typographia de Antonio Louzada Antunes, 2 de dezembro 1853.

CÚRIA Metropolitana de Vitória. **Livro de Batismo de Escravos da Catedral**, L.03, 1845-1859 e L.04B, 1859-1872.

**Recenseamento Geral do Império de 1872**. Diretoria Geral de Estatística, Rio de Janeiro, Typ. Leuzinger/ Tip. Comercial, 1876.

### **Obras de apoio**

ALVES, Adriana Dantas Reis. **As mulheres negras por cima, o caso de Luzia Jeje: escravidão, família e mobilidade social - Bahia, c. 1780 – c. 1830**. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2010.

BONICENHA, Wallace. **Devoção e caridade**: as irmandades religiosas na cidade de Vitória. Vitória: Multiplicidade, 2004.

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. Escolhas de padrinhos e relações de poder: uma análise do compadrio em São João del Rei (1736-1850). In: CARVALHO, J. M. **Nação e cidadania no Império**: novos horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007<sup>a</sup>.

CAMPOS, Adalgisa Arantes; FRANCO, Renato. Notas sobre os significados religiosos do Batismo. **Varia História**, nº 31, p. 21-40, Jan. 2004.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal, 20<sup>a</sup>. ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1980.

GÓES, José Roberto. **O cativo imperfeito**. Um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro da Primeira Metade do Século XIX (Vitória – ES): Lineart, 1993.

GUDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII. IN: REIS, João José (org.). **Escravidão e invenção da liberdade**: Estudos sobre o negro no Brasil. Editora Brasiliense, 1988.

GUEDES, Roberto. **Na Pia Batismal**: Família e Compadrio entre escravos na Freguesia de São José do Rio de Janeiro (Primeira metade do século XIX). Dissertação de mestrado. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Niterói: UFF, 2000. Mimeo.

HAMEISTER, Martha Daisson. **Para dar calor à nova povoação**: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir de registros batismais da Vila do Rio Grande (1738-1763). Tese de Doutorado – Programa de Pós Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

JESUS, Aloiza Delurde Reali de. **De porta adentro a porta afora**: trabalho escravo nas freguesias do Espírito Santo (1850-1871). Dissertação de mestrado. PPGHIS-UFES, 2009.

MERLO, Patrícia Maria da Silva. **O nó e o ninho**: estudo sobre a família escrava em Vitória, Espírito Santo, 1800-1871. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

MOTT, Luiz. Cotidiano e vivencia religiosa: entre a capela e o calundu. In: SOUZA, Laura de Mello e. **História da vida privada no Brasil**: cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. V. 1, pp.155-220.

RAMOS, Donald. **Teias Sagradas e profanas**: o lugar do batismo e compadrio na sociedade de Vila Rica durante o século do ouro. **Varia História**, nº 31, Janeiro, 2004.

SLENES, Robert. Senhores e subalternos no Oeste paulista. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **História da vida privada no Brasil Império**: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SOARES, Geraldo Antonio. Esperanças e desventuras de escravos e libertos em Vitória e seus arredores ao final do século XIX. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 26, nº52, p. 115-140, 2006.

VENÂNCIO, Renato Pinto; SOUSA, Maria José Ferro de; PEREIRA, Maria Teresa Gonçalves. **O compadre Governador**: redes de compadrio em Vila Rica do século XVIII. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, nº52, p. 273-294, 2006.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **Os nomes da Liberdade**: experiências de autonomia e práticas de nomeação em um município da serra rio-grandense nas duas últimas décadas do século XIX. Dissertação de Mestrado. Departamento de História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo: Unisinos, 2007.

---

Recebido em: 13/02/2013

Aprovado em: 26/08/2013